

As Prioridades Militares da Coroa Portuguesa na América

Christiane Figueiredo Pagano de Mello

Resumo: Pretendo demonstrar que, não obstante a progressiva importância estratégico-militar da cidade do Rio de Janeiro, as questões relativas a sua defesa vinham a ocupar um papel secundário diante das necessidades político-militares que se impunham tanto ao Sul da Colônia quanto na região das Minas. Verifica-se, entretanto, que tanto a invasão francesa de 1711 quanto a assinatura do Tratado de Paz de Utrecht entre as Coroas Ibéricas vieram a possibilitar uma política que priorizasse a defesa militar da tão estrategicamente situada cidade e porto do Rio de Janeiro. Estrategicamente situado, o Rio de Janeiro era fundamental tanto para a manutenção quanto para a expansão do território português ao sul da América. A Colônia americana atravessava um momento economicamente crítico, com a crescente perda de mercados sofrida pelo açúcar brasileiro, principalmente após a expulsão dos holandeses, em 1654. O intento de Portugal com a fundação de Sacramento se inseriu, segundo Sergio Buarque de Holanda, em “*um amplo programa que visava a valorizar a colônia americana*”. Em 1692, o Governador Paes de Sande observou a tendência da política régia em priorizar as exigências militares da Colônia do Sacramento em detrimento das necessidades da Capitania do Rio de Janeiro. O governador chama a atenção para a fundamental importância estratégica da Capitania do Rio de Janeiro. Um outro aspecto de fragilização da Capitania do Rio de Janeiro era o constante deslocamento dos governadores, devido à manutenção das possessões ao Sul, até 1683, e à supervisão das jazidas de ouro na região das Minas, até 1709. Como afirma Heloisa Bellotto, por ser “(...) *nas zonas mineiras e no Sul ameaçado pelos espanhóis que se concentrava a atenção da Metrópole*”, os Governadores principais da cidade do Rio de Janeiro tinham a obrigação de fazer constantes deslocamentos. O Tratado de paz de Utrecht, em 1713, que proporcionou ao Rio a recuperação de suas forças militares, estando livre das demandas da Colônia do Sacramento. O armistício possibilitou que os Governadores do Rio de Janeiro pudessem cuidar de questões específicas da cidade com mais zelo, principalmente nas necessidades de guarnição, manutenção de fortificações e melhor organização militar defensiva.

Palavras-chave: defesa militar, disputas coloniais, Minas Gerais, colônia do Sacramento.

A Cidade do Rio de Janeiro e a Fundação da Colônia do Sacramento

Estrategicamente situado, o Rio de Janeiro era fundamental tanto para a manutenção quanto para a expansão do território português ao sul da América. O porto da cidade era o mais próximo da região sul da Colônia, e de lá saíram os recursos necessários para a fundação de Sacramento, na região meridional da América do Sul, zona de intensos conflitos gerados pela indefinição de limites territoriais entre os domínios das Coroas da Espanha e de Portugal.

Em abril de 1679, ao assumir o governo do Rio de Janeiro, D. Manoel Lobo já trazia um plano de governo: após tomar posse, D. Manoel se deslocaria até o Rio do Prata para fundar uma colônia devidamente fortificada, junto às ilhas de São Gabriel. Consolidada no fim de 1679, a colônia recebeu o nome de Santíssimo Sacramento. Ao mesmo tempo, um decreto do Príncipe Regente D. Pedro II, com a intenção de garantir a execução das ordens régias, transformou o Rio de Janeiro na sede do governo geral das capitanias do Sul, deixando estas capitanias sujeitas àquela jurisdição, "*sob o fundamento de não ser possível, sem essa subordinação, executarem-se as ordens reais (...)*". Além disso, no Regimento de 7 de janeiro de 1679, as atribuições do Rio de Janeiro já haviam aumentado consideravelmente, deixando o Governo do Rio com maior autonomiaⁱ em relação ao Governo-Geral da Bahia.

A Colônia americana atravessava um momento economicamente crítico, com a crescente perda de mercados sofrida pelo açúcar brasileiro, principalmente após a expulsão dos holandeses, em 1654. Com a fundação de um estabelecimento fixo na orla do rio do Prata, incrementando a vida econômica da Colônia, a Coroa portuguesa visava superar a grave crise que ameaçava sua economiaⁱⁱ. Dessa forma, o intento de Portugal com a fundação de Sacramento se inseriu, segundo Sergio Buarque de Holanda, em "*um amplo programa que visava a valorizar a colônia americana*"ⁱⁱⁱ. O objetivo econômico português era retomar o comércio platino, bastante rentável no período dos Felipes (1580-1640), interrompido após a Restauração de Portugal, em 1640, com funestas conseqüências tanto para a economia da Colônia, especialmente a do Rio de Janeiro, como para a da Metrópole.

Entretanto, se a fundação e manutenção da Colônia do Sacramento em 1679 eram de fundamental importância estratégica para a reativação do comércio português na região platina, também eram evidentes os sérios prejuízos que o estabelecimento português representava aos interesses comerciais da Coroa de Castela. De fato, os espanhóis logo invadiram a Colônia do Sacramento: em 1680, ainda durante a construção, a fortaleza foi tomada de assalto e destruída pelas tropas espanholas sob o comando de D. José de Garro, governador de Buenos Aires. As ruínas só foram devolvidas a Portugal em 1683, após o *Tratado Provisório* de 1681, estabelecido entre o Regente D. Pedro e o Rei Carlos II da Espanha, até que pudessem chegar a uma conclusão final daquela disputa à luz do Tratado de Tordesilhas.

O empenho da política portuguesa em fundar e manter a Colônia do Sacramento, marco-limite a definir uma fronteira 'ideal' de divisão política, pode ser compreendido como pensava Capistrano de Abreu: "*a melhor maneira de afirmar e sustentar direitos estava em levá-los ao extremo, certo é que a nova povoação ia ficar isolada, a grande distância das bases brasileiras, com as quais só poderia manter difíceis comunicações*"^{iv}.

Para a total consolidação da posse da Colônia pelos portugueses - que envolveu intensas disputas diplomáticas entre as Cortes Ibéricas -, era preciso tornar Sacramento um reduto muito bem fortificado e guarnecido, tanto para a defesa de ataques espanhóis, como para convertê-la em ponto de irradiação da conquista portuguesa do imenso território ao redor.

Eram urgentes a restauração das ruínas deixadas pelos espanhóis em 1680, a construção de uma nova e mais robusta fortaleza, e um melhor guarnecimento da praça militar da Colônia com tropas suficientes para sua defesa. Nos anos subseqüentes à segunda

fundação de Sacramento, o Rio de Janeiro^v foi a base de sustentação da ação militar na região platina, conservando a Colônia^{vi} com seus próprios recursos. Em decorrência da situação se tornar cada vez mais onerosa para o Rio de Janeiro, esta Capitania teve as defesas de sua barra em constante desfalque de mantimentos e de guarnição.

A Difícil Situação Militar da Cidade do Rio de Janeiro

Devido à precária situação militar, não foram poucos os governadores do Rio de Janeiro que remeteram constantes queixas e advertências à Coroa sobre o perigo ao qual a cidade estava exposta. Em 1692, o Governador Paes de Sande observou a tendência da política régia em priorizar as exigências militares da Colônia do Sacramento^{vii} em detrimento das necessidades da Capitania do Rio de Janeiro, uma praça que se encontrava constantemente desfalcada "*dos melhores soldados e officiaes*"^{viii} por causa das frequentes demandas da Colônia, ficando com a defesa perigosamente prejudicada "*por serem os soldados poucos e muitos delles inuteis*"^{ix}. O governador chama a atenção para a fundamental importância estratégica da Capitania do Rio de Janeiro, advertindo que sua defesa não deveria ser negligenciada, porque de sua "*conçervação dependia a de todas as mais capitánias que V. Mg. de tem no Brasil da parte do Sul*".^x

Com as solicitações do governador negadas, a situação militar da cidade do Rio de Janeiro só tendia a se agravar. As demandas de soldados para a Colônia do Sacramento eram incessantes devido ao alto índice de deserção, em razão das péssimas condições de vida e do reduzido e atrasado soldo recebido pela tropa – quando recebido. Contudo, essa política do Conselho Ultramarino, segundo Vivaldo Coaracy^{xi}, foi mantida por muitos anos, com a Capitania do Rio de Janeiro sendo responsável por grande parte da manutenção de Sacramento.

O Rio de Janeiro necessitava de um cuidado especial, mas as atenções militares estavam voltadas para a Colônia do Sacramento. A costa do Rio de Janeiro já vinha sendo freqüentemente visitada por corsários, sobretudo franceses, gerando inquietações nas autoridades pela possibilidade de comércio ilegal, bem como pelo temor específico de que uma invasão encontrasse a cidade despreparada para sua defesa. Já no ano de 1695, a cidade havia vivido momentos de pânico por causa da aproximação de uma esquadra de cinco navios franceses, comandada por De Gennes, que solicitou a entrada na barra para refresco de sua tripulação e aprovisionamento de seus navios^{xii}. Durante a presença francesa no Rio de Janeiro, a população permaneceu em estado de alerta, tendo o então governador Sebastião de Castro Caldas procurado tomar todas as providências militares cabíveis, precavendo-se de uma possível invasão. O medo em relação aos estrangeiros assolou a cidade como um todo, e as desconfianças "*(...) não eram prerrogativas exclusivas das autoridades governamentais, sendo igualmente partilhadas pela população*"^{xiii} que, diante daqueles inesperados e ameaçadores visitantes, viveu dias de intensa insegurança, geradora de perturbações e inquietações entre os moradores da cidade^{xiv}.

As Prioridades da Coroa Portuguesa na América

Um outro aspecto relevante era fator de fragilização da Capitania do Rio de Janeiro: o constante deslocamento dos governadores, devido à manutenção das possessões ao Sul, até 1683, e à supervisão das jazidas de ouro na região das Minas, até 1709. Em função da freqüência, às vezes essas viagens se tornavam uma questão bastante delicada para a Capitania, principalmente para aqueles que a governavam.

D.Manuel Lobo, empossado em 1679, e com jurisdição sobre as demais Capitánias do Sul até a fronteira do Prata, assim que chegou ao Rio dirigiu-se ao Sul para cumprir a

determinação régias de erguer uma povoação fortificada na Colônia do Sacramento. A prolongada ausência deste governador, devido à enorme tarefa, levou à interinidade os Mestres de Campo João Tavares Roldon, de 1679 a 1680, e Pedro Gomes, de 1681 a 1682. O sucessor de D.Manuel Lobo foi D.Duarte Teixeira, que governou o Rio de Janeiro de 1682 até 1686, com igual jurisdição sobre as Capitanias do Sul. Após ter sido conquistada pelos espanhóis, a Colônia do Sacramento foi restituída aos portugueses em 1683, provocando outro período de ausência no Rio, porque o governador “*trazia a incumbência especial de receber dos espanhóis a Colonia do Sacramento e restaurá-la, povoando de novo*”^{xv}. Enquanto isso, o governo da capitania estava entregue aos oficiais do Senado da Câmara do Rio de Janeiro.

As ordens régias de supervisão da região aurífera também provocavam a ausência dos governadores da sede do Rio de Janeiro. Artur de Sá e Menezes, Governador e Capitão-General^{xvi} da Capitania do Rio de Janeiro, e também administrador das Minas, por exemplo, foi à região do ouro algumas vezes. Como essas viagens se tornaram freqüentes, o Conselho Ultramarino determinou, por decreto de 7 de novembro de 1699, que o encarregado do governo da Capitania do Rio de Janeiro, na ausência ou falta do Governador, seria o Mestre de Campo remunerado. Assim, o governo interino do Rio, assim como o das Capitanias subordinadas à sua jurisdição, foi exercido pelo Mestre de Campo Francisco de Castro e Moraes^{xvii}.

A presença dos Mestres de Campo do Terço da guarnição da cidade – tropa paga – como governador interino era mais freqüente que a dos próprios governadores providos pelo Rei. Por ser “*(...) nas zonas mineiras e no Sul ameaçado pelos espanhóis que se concentrava a atenção da Metrópole*”^{xviii}, os Governadores principais da cidade do Rio de Janeiro tinham a obrigação de fazer constantes deslocamentos. Em 1705, devido a conflitos nas Minas que logo levariam à ‘Guerra dos Emboabas’^{xix}, o governador do Rio, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, viu-se forçado a seguir para aquela região. Para administrar a cidade em seu lugar, deixou o Bispo D. Francisco de São Jerônimo, os Mestres de Campo Martim Corrêa Vasques e Gregório de Castro e Moraes, este último um dos mais requisitados para a função de Governador interino. Em junho de 1709, o Capitão-General Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi empossado no cargo de governador da Capitania do Rio de Janeiro, e também logo se retirou para as Minas, com a missão de dar um fim à ‘Guerra dos Emboabas’, que havia se agravado. Como substituto interino, ficaria novamente o Mestre de Campo Gregório de Castro e Moraes.

Diante dos descaminhos do ouro e das graves tensões ocorridas na região das Minas, o governo da Metrópole reconheceu a necessidade de dar à região mineira uma administração independente da do Rio de Janeiro. Assim, pela Carta Régia de 9 de novembro de 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e Minas Gerais^{xx}. Seu primeiro Governador foi o mesmo Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que entrou para o governo do Rio de Janeiro em junho daquele ano, tendo governado a Capitania por apenas seis meses. Mais uma vez, Gregório de Castro e Moraes assumiu interinamente o governo do Rio de Janeiro, mas por pouco tempo. Como determinado em patente de novembro de 1709^{xxi}, em abril de 1710 entregaria o governo da cidade a seu irmão, o Mestre de Campo Francisco de Castro e Moraes.

Apesar de fragilizada política e militarmente pelo despovoamento das tropas e pela constante ausência do governador, a Cidade do Rio de Janeiro crescia em importância estratégica. Ponto de apoio para a fundação e manutenção da Colônia do Sacramento, o Rio também se transformou, no fim do século XVII, em escoadouro aurífero para a Metrópole^{xxii}. Mesmo assim, a defesa da cidade ocupava um papel secundário nas necessidades político-militares que se impunham nas regiões do Sul e das Minas.

Em suma, pelo fato de as atenções e preocupações régias de mais alta importância político-administrativa e militar se concentrarem na Colônia do Sacramento e na região das Minas, os Governadores do Rio de Janeiro e grande parte das tropas militares da Capitania

estariam naquelas regiões sempre que fosse necessário^{xxiii}. Um deslocamento que provocava uma proporcional, mas paradoxal, vulnerabilização militar do Rio de Janeiro, que crescia em importância estratégica e diminuía em capacidade de defesa.

A Defesa da Praça do Rio de Janeiro: As Invasões Francesas e a Paz de Utrecht.

A situação política entre as Coroas de Portugal e Espanha tornou-se ainda mais crítica em 1701, com o início da guerra pela sucessão do trono da Espanha, um conflito que se prolongou por treze anos. Após a morte de Carlos II, que não tinha descendentes e legou por testamento cetro e coroa a Felipe de Bourbon, neto de Luiz XIV, o trono espanhol veio a ser disputado, a despeito do documento real, entre o herdeiro Felipe e o arquiduque da Áustria, Carlos. Holanda, Áustria e Inglaterra - esta última, a potência mais representativa - eram contrárias à coroação de Felipe de Bourbon, e formaram a Grande Aliança “*com o objetivo mais amplo de acabar com a hegemonia francesa na Europa*”^{xxiv}.

Contudo, a guerra ultrapassou os limites europeus. Como bem sintetiza Fernando Novais sobre os conflitos que marcaram as relações internacionais durante a Época Moderna, a Guerra de Sucessão da Espanha representou “*a disputa pela exploração colonial – e, a posição das colônias no quadro do equilíbrio das potências – vai adquirindo importância crescente (...)*”^{xxv}.

A participação de Portugal na Guerra de Sucessão da Espanha era inevitável, mas oscilava entre o apoio à França e à Inglaterra. O dilema é bem analisado e expresso por Fernando Novais, que observa as consequências das possíveis posições de Portugal frente ao conflito iminente: “*Inglaterra ou França, salvaguardar os domínios ultramarinos pondo em risco a sobrevivência da metrópole europeia ou abandonar as colônias, aderindo à aliança continental para preservar Portugal*”^{xxvi}. No entanto, a corte de Lisboa logo verificou que “*os interesses representados pela união da Espanha com a França por meio de uma dinastia comum tinham muito pouco de tranquilizadores tanto para a fronteira peninsular como para a defesa das rotas e do tráfego comercial português (...)*”^{xxvii}. Assim, a preservação dos interesses continentais portugueses, e principalmente dos ultramarinos, estaria melhor garantida através do acordo com a Inglaterra. Em maio de 1703, ao assinar os tratados de Methuen, Portugal reiterou a aliança política e comercial com a Inglaterra, assegurando a intervenção portuguesa na guerra a favor de Carlos da Áustria. Fazendo parte da Grande Aliança, Portugal estava comprometido, perante Inglaterra e Holanda, a expulsar os Bourbons da Espanha.

A situação exigia da Coroa portuguesa uma atenção especial a seu próprio território, inclusive os domínios ultramarinos que, em razão da Guerra de Sucessão da Espanha, poderiam ser atacados a qualquer momento. E efetivamente, a Espanha invadiu a Colônia do Sacramento em outubro de 1704, e a França investiu contra o Rio de Janeiro em 1710 e 1711.

Apesar dos reforços que iam sendo sucessivamente enviados do Rio de Janeiro para a Colônia do Sacramento, a inferioridade com relação às tropas da Espanha era evidente. A Colônia resistiu bravamente até março de 1705, quando foi tomada pelos espanhóis e novamente destruída. Somente em 1713, após muitas batalhas, Inglaterra e França acenaram com a trégua, definindo posições através do Tratado de paz de Utrecht. D. João V, Rei de Portugal, tratou das negociações de paz com os bourbons, organizadas sob a égide da Inglaterra, e que devolveram a Colônia do Sacramento a Portugal em outubro de 1716.

As invasões francesas ao Rio aconteceram seis anos após a invasão da Colônia do Sacramento pelos espanhóis. A cidade do Rio de Janeiro era conhecida por toda a Europa pela riqueza proveniente do ouro das Minas, e sofreu duas invasões de corsários franceses: na primeira, ocorrida em 1710, a cidade foi vitoriosa, mas na segunda, em 1711^{xxviii}, capitulou.

As condições de defesa da cidade, especialmente a de sua desfalcada guarnição, eram muito precárias. As contínuas investidas de corsários na costa da cidade levaram o então Governador Francisco de Castro e Moraes, em carta de 15 de abril de 1710, a reclamar ao Rei uma urgente melhoria das defesas do Rio^{xxxix}. Desde o episódio com De Gennes em 1695, poucas providências reais haviam sido tomadas, limitando-se Portugal a enviar ao Rio de Janeiro nada mais que um Regimento de Infantaria^{xxx} e um pouco de munição.

Após a dramática experiência das invasões francesas no Rio de Janeiro, a Coroa ficou mais preocupada com as questões de defesa da cidade, tão alardeadas pelos governos anteriores. Finalmente, na administração de D. Francisco Távora (1713-1716), os trabalhos de reparo e construção das fortificações^{xxxix} tiveram início. Em 1712, a Metrópole enviou um engenheiro militar, o brigadeiro Massé, encarregado de desenhar e edificar as fortificações que fossem necessárias para a defesa da cidade, além de reformar as já existentes. Canhões também chegaram ao Rio. Cogitou-se de estenderem-se grossas correntes de ferro desde a fortaleza de Santa Cruz à de São João. Para a segurança interna da cidade, o brigadeiro iniciou a construção de um muro que iria do morro da Conceição ao morro do Castelo, passando antes pelo de Santo Antonio^{xxxii}.

Na organização das forças militares da cidade ganhou especial atenção as tropas não-remuneradas: os Corpos de Ordenanças e de Auxiliares. Em virtude das dificuldades da Coroa enviar e manter soldados pagos, ou de pagar os altos custos com soldos que o aumento das tropas regulares demandaria ao Rio de Janeiro, Ordenanças e Auxiliares se transformaram em forças fundamentais na defesa da Capitania.

O Governo de Vahia Monteiro e a Organização dos Corpos militares

Em 1725, no governo de Vahia Monteiro, houve um esforço em organizar os Corpos militares da mesma forma que se praticava no Reino, "*p.^a se fazer melhor o serv.^o de V. Mag.^{de}*"^{xxxiii}. Em carta ao Rei, o Governador menciona a Carta Régia de 20 de junho de 1718, na qual "*foi V. Mag.^{de} servido ordenar q' se lhe remetecem listas da Infantaria, cavalaria, Artilharia e auxiliares com distinção, e examinando quaes são os auxiliares e quaes as ordenanças (...)*"^{xxxiv}. Todavia, o que Vahia Monteiro encontrou na Capitania do Rio de Janeiro, sete anos após a ordem do Rei, era muito diferente do que então se praticava no Reino: "*(...) os Capitães são os mesmos, e a gente a mesma; e assim nem são auxiliares, nem ordenanças: Creio q' esta dezordem procedeo de se não entenderem as ordens de V.Mag.^{de} (...)*"^{xxxv}. A ordem régia, que não estava vigorando, exigia uma distinção básica que deveria orientar a constituição de cada um dos Terços de Ordenanças e de Auxiliares "*(...) devião criar terços, como os auxiliares do R.^{no} da gente maes escolhida, e a outra ficar nas ordenanças, a ordem do Capitão Mor: parece-me não só conviniente, mas preciso ao serviço de V.Mg.^{de} q' tome esta forma (...)*"^{xxxvi}.

Os Terços de Auxiliares deveriam ser compostos pelos homens "*mais capazes*" da população civil, que dispusessem de razoável instrução, armamento e disciplina, porque "*(...) não admite V.Mag.^e p.^a o posto de Sargento Mor de auxiliares se não capitaes de Infantaria paga, e p.^a Ajud.^{es}, Alferes da mesma Infantaria*"^{xxxvii}. Já os Terços de Ordenanças eram forças locais, não sendo deslocados de suas sedes, e basicamente formados por homens pouco instruídos e mal equipados.

A maior responsabilidade dos Terços de Auxiliares era a defesa militar do território, e essas tropas deveriam estar bem preparadas, porque "*não sam outra couza q' sua infantaria paga q' não vence soldo por estarem com licença em suas cazas, mas sempre q' são puchados para a fronteira, se lhes paga*"^{xxxviii}. Os Auxiliares, não pagos, estavam habilitados a substituir e auxiliar a tropa soldada quando necessário, e nesses casos seus oficiais receberiam soldos iguais aos dos officiaes pagos; "*(...) me parece nos termos precisos de*

V.Mag.^e *querer conservar com utilidade do seo Real Serviço p.^a deffença desta capitania estes corpos de auxiliares na sua devida forma destroindo o labirinto e confusão de postos (...)*^{xxix}.

Já as Ordenanças da cidade do Rio de Janeiro surpreendem o Governador Vahia Monteiro com o excesso de oficias em cada Terço: “*não sei qual foi o fundamento q´ tiverão para fazerem (...) quatro Ajudantes, q´ conforme o arregimentado não devia ser mais q´ hum.*” O governador conhecia a ordem régia: “*no Governo das Ordenanças conforme o regimento do Rei D. Seb.^{am} inalteravel athe agora, não há mais q´ hum Cap.^m Mor, hum Sargento Mor, e hum Ajudante em cada dstricto de Villa ou Cidade com os Cap.^{es} e Alferes das companhias (...)*^{xl}.

Durante o governo de Vahia Monteiro, a cidade do Rio de Janeiro passou a contar com maiores cuidados régios na questão militar, tanto nas fortificações como na organização das forças militares. Essas melhorias aconteceram por causa da conjunção de dois fatores: o primeiro foi a grave impressão deixada pela invasão francesa de Duguay-Troin, em 1711^{xli}, que fez as autoridades régias perceberem a importância^{xlii} estratégica da cidade; o segundo fator foi a redução do conflito luso-espanhol na região platina após o Tratado de paz de Utrech, em 1713, que proporcionou ao Rio a recuperação de suas forças militares, estando livre das demandas da Colônia do Sacramento. O armistício possibilitou que os Governadores do Rio de Janeiro pudessem cuidar de questões específicas da cidade com mais zelo, principalmente nas necessidades de guarnição, manutenção de fortificações e melhor organização militar defensiva.

Bibliografia:

ALMEIDA, Luís Ferrand, *A Colonia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973

ABREU, J. Capistrano, *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 3^a série, RJ, 1938,

BELLOTTO, Heloísa Liberalli *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, SP, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na Dinâmica Colonial Portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado. USP, 1997

BOXER, C.R., *A Idade de Ouro do Brasil – Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial*, SP, Cia. Editora Nacional, 1963.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII.*, R.J., José Olympio, 1965.

CORCINO, Medeiros dos Santos, *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*, Ed.Expressão e Cultura, RJ, 1993.

FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1912.

HOLANDA, Sérgio Buarque, “A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul” *In História Geral da Civilização Brasileira*, , Tomo 1, SP, Difel, 1976.

MACEDO, Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s/d.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, SP, Hucitec, 1983.

Documentação:

AHU, Cx. 12, Doc. 2369-2370 - “*Carta do Governador Arthur de Sá e Menezes para a Coroa, acerca da reclamação do Governador da Colonia do Sacramento sobre o recrutamento dos soldados, RJ, 26/5/1700*”.

AHU, Cx. 21, Doc. 4715-4716 - “*Consulta do Conselho Ultramarino sobre a informação do Governador do RJ acerca da forma como estavam organizados os terços de Auxiliares e de Ordenanças. Tem anexa a respectiva informação do Governador Luiz Vahia Monteiro. Lisboa, 27/8/1725*”.

AHU, RJ, Avulsos, Cx 35, doc 8238-8240 - “*Informação do Governador Luiz Vahia Monteiro sobre o que se devia observar a respeito do governo dos auxiliares e das ordenanças daquela Capitania, RJ, 6/8/1729*”.

AHU, RJ, Avulsos, Cx 40, doc 9367-9379 - “*Carta do governador Luiz Vahia Monteiro para o Coronel Manuel Pimenta Tello, sobre serviços relativos a fiscalização dos descaminhos do ouro, RJ 17/12/1730*”.

ⁱ D. Manoel Lobo, responsável pela fundação da Colônia do Sacramento, foi o primeiro governador do Rio de Janeiro autorizado a administrar as capitanias do Sul “*com relativa autonomia em relação ao Governo-Geral da Bahia*”. [Coaracy, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII.*, R.J., José Olympio, 1965, p.202.]

ⁱⁱ Holanda, Sérgio Buarque, “A Colônia do Sacramento e a Expansão no Extremo Sul” *In História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo 1, SP, Difel, 1976, p. 343-344. Segundo o autor, o açúcar brasileiro sofria a concorrência nos mercados britânicos do açúcar de Barbados desde 1640 e desde 1660. A partir de 1699 a produção de Barbados se intensifica, acarretando um acentuado declínio da exportação do açúcar brasileiro. A baixa continuaria nos anos seguintes, quando o açúcar das Antilhas inglesas impediu o brasileiro de entrar na Grã-Bretanha e em toda a Europa Setentrional. *Idem*.

ⁱⁱⁱ *Idem*, p.343.

^{iv} Abreu, J. Capistrano, “Sobre a Colônia do Sacramento”, *In Ensaios e Estudos (Crítica e História)*, 3ª série, RJ, 1938, p. 73, Apud, Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, p.156.

^v Almeida, Luís Ferrand de, *A Colônia do Sacramento...Op.cit.*, p.83.

^{vi} Fleiuss, Max. *Op. cit.*, p. 92; Freire, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunaes, 1912, p. 256.

^{vii} Embora a Colônia do Sacramento, não estivesse sob a total jurisdição do Rio de Janeiro nesse período, e dispusesse de seu próprio governador, D.Francisco Naper de Alencastro, com patente do ano de 1689, Sacramento estava sob a jurisdição militar daquela Capitania, segundo determinação da Carta Régia de 2/3/1689 [Coaracy, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII.*, *Op.cit.*, p.208; Max Fleiuss, *História do Rio de Janeiro Op.cit*, p.93]. Nesse sentido, era comum o envio de auxílio à Sacramento, não só em homens como também em dinheiro.

^{viii} *Idem*.

^{ix} *Idem*.

^x *Idem*.

^{xi} Coaracy, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII.*, *Op.cit*.p.201.

^{xii} Bicalho, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na Dinâmica Colonial Portuguesa. Séculos XVII e XVIII*. Tese de doutorado. USP, 1997, p.270.

^{xiii} *Idem*, p.269.

^{xiv} Maiores detalhes sobre a reação da população do Rio de Janeiro, bem como as medidas militares tomadas pelo governador Sebastião de Castro Caldas no episódio da entrada da esquadra comandada por De Gennes no porto do Rio de Janeiro, ver Bicalho, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império...Op.cit.*, p. 208-211 e 269-272.

^{xv} Coaracy, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII Op.cit.*, p.196; Max Fleiuss in *História do Rio de Janeiro Op.cit.*, p.86; Freire, Felisbello em *História da Cidade do Rio de Janeiro. Op.cit.*, p. 259.

^{xvi} O primeiro governador a quem foi concedida a patente de Capitão-General, “*importando isso em uma superioridade administrativa e política em que colocava a Capitania, em relação aos governos anteriores*”. Essa situação decorria do fato de que “*Artur de Sá vinha tratar de um ramo de serviço – a exploração das minas do sul, que lhe exigia uma lata soma de autoridade militar e civil.*” (FREIRE, Felisbello. *Op. cit.*, p. 285.)

^{xvii} Francisco de Castro e Moraes era o Mestre de Campo do chamado Terço Velho (tropa paga), já existente na cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1700, diante dos fortes indícios de ameaças francesas na região, organizou-se outra unidade, denominada Terço Novo, distinguindo-a deste modo da anterior.

^{xviii} Bellotto, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*, SP, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 29.

^{xix} Conflito armado ocorrido na região das minas entre paulistas - os primeiros a descobrir o ouro - e forasteiros - muitos naturais do Reino -, a quem chamavam de “emboabas”, que procuravam o mesmo metal. Esses conflitos culminaram com a chamada Guerra dos Emboabas em 1708. Maiores detalhes, ver Boxer, C.R., *A Idade de Ouro do Brasil – Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial*, SP, Cia. Editora Nacional, 1963, p.84-105.

^{xx} “*Fazia-se urgente, ao menos aos olhos de Lisboa, a separação das duas áreas. Concentrando a região mineira numa Capitania autônoma, solidamente vigiada e controlada, o governo faria diminuir as possibilidades de fraude aos quintos reais.*” (BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Op. cit.*, p. 28.) No entanto, como a solução não surtiu o efeito esperado pela Coroa com relação aos descaminhos do ouro, em 1720 São Paulo e Minas são separados. “*Para esta última área (...) é que se voltou toda a atenção governamental.*” (*Ibid.*)

^{xxi} Fleiuss, Max in *História do Rio de Janeiro Op.cit.*, p.82-88; Freire, Felisbello em *História da Cidade do Rio de Janeiro. Op.cit.*, p. 414-420.

^{xxii} Quando o ouro foi descoberto nos planaltos centrais na virada do século XVII para o XVIII, durante a primeira fase da mineração, as vilas de São Paulo e os portos do litoral norte paulista foram beneficiados, porque as comunicações entre o Rio de Janeiro e o planalto eram feitas por Parati. Foi por essa via indireta que o Rio de Janeiro recebeu os primeiros carregamentos de ouro das Gerais. O transporte de Parati ao Rio de Janeiro era feito por mar, e corria o risco de ser pilhado por piratas. Esses perigos levaram as autoridades a cuidar da abertura de um “caminho novo”, ligação direta do Rio de Janeiro às Minas Gerais, terminado por volta de 1725. Em poucos anos, o Rio de Janeiro tornou-se tanto o escoadouro quanto o centro de abastecimento do planalto. In Corcino Medeiros dos Santos, *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*, Ed.Expressão e Cultura, RJ, 1993, p.20.

^{xxiii} A região das Minas foi amparada militarmente pelo Rio de Janeiro apenas até 1709, ano em que se tornou independente desta jurisdição.

^{xxiv} Macedo, Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s/d., p.225.

^{xxv} Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, SP, Hucitec, 1983, p.32.

^{xxvi} Novais, Fernando. *Op.cit.*, p.29.

^{xxvii} Macedo, Borges de. *Op.cit.*, p.237.

^{xxviii} Para maiores detalhes sobre a primeira e a segunda invasões francesas, ver, entre outros: Boxer, C.R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1981, p.106-127; BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império...Op. cit.*, p.286-300.

^{xxix} “*Carta de 15/4/1710, Consulta do Conselho Ultramarino*”, Manuscrito do IHGB, vol. 10, *Apud*, Frota, Guilherme de Andréia, *Op.cit.*, p.2.

^{xxx} “*Provisão de 27/4/1709*”, *Idem*.

^{xxxi} O governador do Rio de Janeiro, Brito de Menezes (1716-1719), por carta de 2/3/1718, informava ao Rei acerca das melhorias efetivadas nas fortificações do Rio de Janeiro, pelo seu antecessor, o governador Francisco de Távora (1713-1716): “*A Barra é defendida por tres fortalezas, Santa Cruz, S. João da Barra e Lage. As fortificações da cidade são a da Conceição e do Castelo. A muralha da cidade, da Conceição ao morro do Castelo acha-se nesta extensão com 8 palmos de altura e em alguns pontos 10*”, Citada por Felisbello Freire em *História da Cidade do Rio de Janeiro, Op. cit.*, p. 470.

^{xxxii} “*Quanto à corrente, nunca chegou a ser posta. E a muralha não foi concluída; pareceu oneroso e dispensável pela Câmara.*” FROTA, Guilherme de Andréia. *Op. cit.*, p. 23-24. Maiores detalhes sobre os planos

e projetos de fortificações para a melhor defesa da cidade, bem como da polêmica em torno do projeto do brigadeiro Massé para a construção de uma muralha que circundasse a cidade do Rio de Janeiro, ver “O Espaço Urbano Enclausurado” In Bicalho, Maria Fernanda, *Op. cit.* p. 241-260.

^{xxxiii} “Consulta do Conselho Ultramarino sobre a informação do Governador do RJ acerca da forma como estavam organizados os terços de Auxiliares e de Ordenanças. Tem anexa a respectiva informação do Governador Luiz Vahia Monteiro. Lisboa, 27/8/1725”, AHU, Cx. 21, Doc. 4715-4716.

^{xxxiv} *Idem.*

^{xxxv} “Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a informação do Governador do RJ acerca da forma como estavam organizados os terços de Auxiliares e de Ordenanças. Tem anexa a respectiva informação do Governador Luiz Vahia Monteiro Lisboa, 27/8/1725.”, AHU, RJ, Avulsos, Cx 21, doc 4715-4716

^{xxxvi} *Idem.*

^{xxxvii} “Informação do Governador Luiz Vahia Monteiro sobre o que se devia observar a respeito do governo dos auxiliares e das ordenanças daquela Capitania, RJ, 6/8/1729” AHU, RJ, Avulsos, Cx 35, doc 8238-8240.

^{xxxviii} *Idem.*

^{xxxix} *Idem.*

^{xl} *Idem.*

^{xli} Maria Fernanda Bicalho chama a atenção para o fato de que após as invasões francesas, sobretudo em 1711, ocorreu um período de intensa inquietação dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro levando “os responsáveis pelos assuntos ultramarinos no Reino e nas Conquistas a redefinirem os mecanismos de controle dos homens e de ordenação do espaço urbanos das cidades coloniais” [Bicalho, Maria Fernanda, “Invasões e Motins: Uma Aliança Perigosa” In *A Cidade e o Império...Op.cit.*, 286-320]

^{xlii} A situação da cidade do Rio de Janeiro era precária por consequência da política régia anterior, que negligenciou as questões de defesa. Porém, a urgência em defender melhor a cidade foi percebida após as invasões francesas: “E para prevenção do futuro e defesa daquela praça, que é a parte para as minas, que se considera ser o mais rico thesouro que se conhece na América, além do novo Governador que V.M. deve mandar (...) parece conveniente que elle parta com toda brevidade e que com elle vão alguns cabos e officiaes de guerra de conhecido valor e que tenham visto operações militares de alguns engenheiros que reparem e façam as fortificações que forem necessarias”. Parecer de 11/3/1712 do Conselheiro português Antonio Rodrigues da Costa, Citado por Felisbello Freire, *Op.cit.*, p.450.